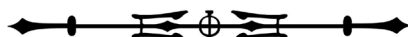


Paper do NAEA

Volume 1, Número 3, Edição/Série 500

Estratégias pedagógicas de uso e apropriação dos espaços patrimonializados do centro histórico da cidade de Belém do Pará: perspectivas de decolonização do patrimônio

Sabrina Forte e Silva Gonçalves¹



RESUMO

A Educação Patrimonial exercida de forma crítica, pode se constituir como um processo de mediação capaz de atribuir aos bens culturais diversas interpretações que dão sentido à diferentes grupos sociais e, dessa maneira, favorecer o reconhecimento da diversidade sociocultural do patrimônio, fortalecer as políticas de preservação e contribuir para o exercício da cidadania. Esse artigo objetiva apresentar a experiência de um trabalho pedagógico, o qual articulou Educação Patrimonial e o Ensino de Geografia, visando a produção do conhecimento geográfico crítico, por meio de uma abordagem decolonial sobre o patrimônio cultural do Centro Histórico da cidade de Belém, no estado do Pará. A metodologia contou com um conjunto de ações desenvolvidas pelo Projeto “Do espaço real ao lugar ideal” realizado no âmbito da educação básica, com uma turma do 8º ano, em 2017, avançando para o ano de 2018, com a mesma turma, já no 9º ano, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ruth Rosita de Nazaré Gonzales, na cidade de Belém e o Projeto de Extensão Acadêmica “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo - GGEOUR, da Universidade Federal do Pará. Os dois projetos convergentes, proporcionaram uma abordagem diferenciada e estratégias inovadoras, quanto ao uso e apropriação do patrimônio, de maneira crítica e significativa, revelando a potencialidade da Educação Patrimonial como caminho para decolonizar o patrimônio.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino de Geografia. Patrimônio Decolonial. Cidadania.

¹ Geógrafa, Mestre em Ciências Ambientais e Doutoranda em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora de Geografia - Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA. E-mail: sabrifortesg@gmail.com.

ABSTRACT

Heritage Education, exercised in a critical way, can be constituted as a mediation process capable of attributing different interpretations to cultural assets that give meaning to different social groups and, thus, favor the recognition of the socio-cultural diversity of heritage, strengthen the preservation policies and contribute to the exercise of citizenship. This article aims to present the experience of a pedagogical work, which articulated Heritage Education and the Teaching of Geography, aiming at the production of critical geographical knowledge, through a decolonial approach on the cultural heritage of the Historic Center of the city of Belém, in the state from Pará. The methodology included a set of actions developed by the “From real space to the ideal place” project carried out within the scope of basic education, with an 8th grade class, in 2017, advancing to 2018, with the same class, already in the 9th grade, from the State School of Elementary and Secondary Education Ruth Rosita de Nazaré Gonzales, in the city of Belém and the Academic Extension Project “Geotouristic Routes: getting to know the Historical Center of Belém in the Amazon”, developed by the Research Group in Tourism Geography - GGEOTUR, from the Federal University of Pará. The two converging projects provided a differentiated approach and innovative strategies, regarding the use and appropriation of heritage, in a critical and significant way, revealing the potential of Heritage Education as a way to decolonize heritage.

Keywords: Heritage Education. Geography Teaching. Decolonial Heritage. Citizenship.

INTRODUÇÃO

Segundo estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, a noção de patrimônio na concepção moderna está vinculada aos preceitos político-ideológicos da formação dos Estados Modernos na Europa, desde o final do século XVIII (GONÇALVES, 2002). No decorrer do século XX, os espaços urbanos parisienses passaram a ter importância como patrimônio cultural (CHOAY, 2006), onde vários sítios urbanos foram patrimonializados como cidades históricas.

No Brasil, o processo de reconhecimento e institucionalização se deu no início do século XX, seguindo o modelo europeu, implementando uma série de ações e políticas dirigidas a preservação do patrimônio edificado, que vão desde a fundação, em 1926, da Oficina Internacional de Museus – OIM, à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, criada em 2003, pela UNESCO (SIZZO y LOPEZ, 2018). Desde então, tornou-se crescente a institucionalização de diversos bens culturais seletivamente eleitos como representativos da identidade nacional, bem como, a patrimonialização de determinados sítios urbanos.

Entretanto, as políticas de patrimonialização, se por um lado, visam valorizar e preservar o patrimônio cultural, que segundo a Constituição Federal de 1988, se constitui como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988), por outro, têm favorecido a apropriação desse patrimônio pela atividade turística, como produto de consumo (CRUZ, 2012; PAES, 2017).

A economia do turismo vem crescendo significativamente no mundo desde o início do século XX, devido, principalmente, ao desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação, bem como, pela intensificação e massificação do marketing sobre os destinos turísticos, que, de modo geral, são motivados por atrativos naturais, históricos, religiosos, entre outros (SIZZO y LOPEZ, 2018). Nesse aspecto, o patrimônio, seja ele material ou imaterial, destaca-se como um dos principais produtos desse mercado.

No Brasil, a partir dos anos 70, devido à complexidade da urbanização e o cenário econômico, pós-crise do petróleo, a valorização do patrimônio cultural ficou mais evidente e associado à perspectiva de crescimento econômico, sobretudo, dos setores turístico e imobiliário, atrelando as políticas patrimoniais à economia urbana (CORÁ, 2014; TORELLY, 2012). Isso se deu, a partir de novos mecanismos de planejamento e ação, entre eles, a “refuncionalização de formas já existentes, dotando-as de força para gerar novos relacionamentos a favor da reprodução do capital” (SANTOS, 1977, p. 33) e vencer os desafios da urbanização acelerada no país.

Esse processo está diretamente relacionado às políticas patrimoniais que selecionam estrategicamente quais bens e lugares serão valorizados, promovendo a gentrificação de espaços patrimonializados e a espetacularização do patrimônio imaterial, resultando no agravamento das desigualdades espaciais, por meio da segregação socioespacial e a subjugação das tradições populares aos interesses do capital.

Nota-se, portanto, a relação direta entre patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano, onde se faz necessário entender a lógica que determina e/ou motiva as políticas de uso e apropriação do patrimônio, não somente, como um produto espetacularizado pela indústria turística, mas, sobretudo, como uma prática social, que reflete as relações de poder de uma sociedade, um conjunto de elementos simbólicos que configuram uma identidade cultural do território que os contém (COSTA, 2015).

Tal abordagem levanta questões que vão para além dos mecanismos de institucionalização e a reprodução capitalista dos espaços patrimonializados. Surgem questões que envolvem as estratégias de apropriação, as quais, diversificam a representatividade do patrimônio, tornando-o socialmente significativo e democrático, quanto ao uso e à preservação. Nesse aspecto, a educação patrimonial exercida de forma crítica, pode se constituir como um processo de mediação capaz de atribuir aos bens culturais, diversas interpretações, que dão sentido a diferentes grupos sociais e, dessa maneira, favorecer o reconhecimento da diversidade sociocultural do patrimônio, fortalecer as políticas de preservação e contribuir para o exercício da cidadania.

A educação patrimonial enquanto “processo educativo voltado para o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, de forma dialógica, coletiva e democrática” (FLORENCIO et al, 2014, p.19) articulada com estratégias pedagógicas progressistas (SAVIANNI, 2008), oportuniza a compreensão do patrimônio como percepção da própria condição de vida do sujeito. Nesse contexto, Soares (2009, p. 7) aponta que a educação patrimonial “deve ser concebida como um processo de releitura dos patrimônios, onde será possível perceber as diversas informações que determinado bem cultural pode oferecer, bem como, suas múltiplas significações”. E nessa perspectiva, a partir da mediação crítica do educador e as interpretações e percepções próprias do educando, é possível fazer uma leitura mais aprofundada do bem cultural, possibilitando o direito à representatividade e ao uso coletivo, gerando, dessa forma, o sentimento de pertencimento e participação social na preservação do patrimônio.

É nessa perspectiva, que esse artigo apresenta a experiência de um trabalho pedagógico, o qual articulou Educação Patrimonial e o Ensino de Geografia, visando a produção do conhecimento geográfico crítico, por meio de uma abordagem decolonial sobre o patrimônio cultural do Centro Histórico da cidade de Belém, no estado do Pará.

A metodologia contou com a realização de um conjunto de ações desenvolvidas pelo projeto pedagógico “Do espaço real ao lugar ideal” implementado no âmbito da educação básica, com uma turma do 8º ano, em 2017, avançando para o ano de 2018, com a mesma turma, já no 9º ano, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ruth Rosita de Nazaré Gonzales, situada no bairro da Cremação, na cidade de Belém.

Entre essas ações, houve uma articulação com o Projeto de Extensão Acadêmica “Roteiros Geoturísticos: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo - GGEOTUR, da Universidade Federal do Pará, cujos alunos participaram de dois Roteiros Geoturísticos, com o intuito de viabilizar a produção do conhecimento geográfico, a partir da leitura crítica do patrimônio edificado, e tratar de temas relevantes para sociedade, como: desigualdade social, cultura e cidadania.

A articulação entre os dois projetos possibilitou o desenvolvimento de estratégias de uso e apropriação do patrimônio de maneira crítica e significativa, cuja mediação do processo educativo buscou confrontar a abordagem convencional sobre o patrimônio cultural, imbuída do discurso oficial, que exalta o paradigma da modernidade e a expansão do colonialismo no continente americano (TORELLY, 2012), com uma abordagem na perspectiva decolonial, que segundo Tolentino (2018) enaltece as referências culturais de diferentes segmentos sociais, ao romper com a lógica eurocêntrica e homogeneizante do patrimônio, através da (re)construção de narrativas, dando visibilidade à memória dos sujeitos historicamente subalternizados pelo processo colonizador e aliados das políticas de patrimonialização.

Dessa forma, tal experiência proporcionou uma abordagem diferenciada sobre o patrimônio, conferindo novas possibilidades de um fazer pedagógico mais comprometido com a formação da cidadania, ao proporcionar a reflexão e o debate sobre a valorização do lugar e da identidade cultural de um povo, na busca pelo direito à cultura e à cidade, assim, como, uma intervenção política inovadora no uso e apropriação do patrimônio cultural do Centro Histórico da cidade de Belém- PA, estimulando a preservação e a valorização do patrimônio de forma democrática e participativa.

Esse texto apresenta uma breve discussão sobre como está sendo abordado o processo de educação patrimonial, numa perspectiva decolonial. Em seguida, relata a experiência da aplicação de dois Roteiros Geoturísticos no âmbito da educação básica, a partir de uma abordagem crítica, o qual se aproxima da perspectiva da decolonização do patrimônio. Por fim, traz as considerações a respeito da temática apresentada.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, NA PERSPECTIVA DA DECOLONIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A concepção moderna de patrimônio cultural surge no bojo da Revolução Francesa, no final do século XVIII, na perspectiva da construção de uma identidade nacional que fortalecesse e legitimasse o ideário iluminista (TORELLY, 2012). No Brasil, esse processo se dá no início do século XX, seguindo o modelo francês. Após o movimento de Arte Moderna, em 1922, a política cultural modernista revolucionou os padrões artísticos da época, disseminando uma cultura predominantemente brasileira, atrelando-se ao movimento político que culminou com a Revolução de 1930 (TORELY, 2012).

Naquele período, os bens e sítios históricos foram patrimonializados, seguindo os mesmos critérios franceses de estética e excepcionalidade (CORÁ, 2014), promovendo a fundação de museus, monumentos e cidades históricas, legitimando a abordagem moderna e elitista sobre o patrimônio, como bem imóvel que deve ser preservado para as gerações futuras, por meio de tombamento oficial (SIZZO e LOPEZ, 2018) e representativo do projeto político-ideológico nacionalista.

Nesse contexto, a concepção de educação patrimonial foi pautada como um instrumento de “alfabetização cultural”, possibilitando ao indivíduo fazer a leitura do mundo, por meio da interação contemplativa dos espaços e bens patrimonializados (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999). A partir da década de 2000, o conceito de educação patrimonial é ampliado e concebido como um processo de educação para o patrimônio, entendido como:

Formas de mediação que propiciam aos diversos públicos, a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade (GRISPUM, 2000, p. 30).

A ampliação desse conceito acompanhou a evolução do próprio conceito de patrimônio, que desde a década de 1970, incorporou uma visão mais antropológica, considerando a natureza imaterial do patrimônio e o reconhecimento da diversidade cultural, a partir das políticas de institucionalização dos elementos culturais populares, a exemplo, da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, em 2000, e dos instrumentos de Registro e o Inventário Nacional de Referências Culturais, em 2001.

Nesses termos, a Educação Patrimonial pode se constituir como um processo de mediação que permite uma leitura crítica do patrimônio, quanto à sua representatividade, ressignificando-o a partir das narrativas e memórias, trazendo à tona o entendimento “que os bens culturais são testemunhos de quem fomos, de quem somos e de quem queremos ser [...] por meio da produção coletiva de sentidos e experiências” (RAIMUNDO NETTO, HOLANDA e DIAS, 2020, p. 169).

A ideia de educação para o patrimônio surge, portanto, como possibilidade para o desenvolvimento de uma pedagogia pautada no que diferentes autores chamam de “epistemologia do sul”, o qual concebe a produção do conhecimento, não pela postura dominante da epistemologia eurocêntrica, historicamente construída, com o projeto de modernidade e conseqüentemente com o processo de colonização, mas, sobretudo, pelo reconhecimento da pluralidade epistêmica existente no mundo, considerando os saberes e poderes invisibilizados pela hegemonia do pensamento moderno (SANTOS, 2009).

Essa perspectiva epistêmica visa romper com a lógica da colonialidade do poder, que segundo Quijano (2010), refere-se às condições de estabelecimento do sistema capitalista nos continentes colonizados, a partir de relações de poder, pautadas na ideia de raça e da hierarquização social, com base, na subjugação das diferentes culturas, desse modo, essa ruptura epistêmica, propõe, um giro decolonial, o qual enaltece os saberes e fazeres dos povos historicamente invisibilizados (REIS e ANDRADE, 2018).

Na área pedagógica, Mota Neto (2013) ressalta, a obra do educador Paulo Freire como referência para o desenvolvimento educacional brasileiro, na perspectiva decolonial. O autor destaca a importância teórica e a prática educativa freireana, não somente, para o desenvolvimento cognitivo da grande massa da população, mas, principalmente, por contribuir para o processo de “descolonização das mentes” e construir uma “consciência de classe”, capaz de superar a “consciência dominada”, reforçada pelas relações sociais vigentes e os sistemas tradicionais da educação. Nessa linha de raciocínio, Mota Neto (2013) evidencia que, a pedagogia freireana busca contribuir para o processo de luta e emancipação social, por meio do diálogo e da interação entre os sujeitos, conhecimentos e culturas.

O exercício dessa concepção pedagógica no âmbito da educação patrimonial permite o deslocamento do sujeito e do objeto patrimonializado para produção do conhecimento de forma crítica e dialógica, e assim, inserir os diferentes atores no processo de apropriação do patrimônio (TOLENTINO, 2018). Isso significa dizer que, embora grande parte dos bens culturais patrimonializados, no Brasil, represente o projeto político-ideológico nacionalista, homogeneizador e elitista, é possível partir da leitura crítica desses bens, resgatando e/ou reconstruindo narrativas que visibilizem e valorizem a diversidade de saberes, além de evidenciar o caráter geográfico que o patrimônio possui, como resultado do processo de produção do espaço, revelando as contradições e conflitos socioespaciais (CRUZ, 2012) e, desse modo, trazer para o centro do debate e da prática educativa, a importância do patrimônio, como prática social (TOLENTINO, 2016) e seu potencial transformador da realidade.

Dessa maneira, levando em consideração o caráter interdisciplinar e transversal da educação para o patrimônio (SCIFONI, 2017), numa perspectiva decolonial, que parta da diferença e da interculturalidade (TOLENTINO, 2018), abre-se um campo de possibilidades para o desenvolvimento do Ensino dos Conteúdos Curriculares da Educação Básica, a partir da concepção histórico-crítica da pedagogia (SAVIANI, 2008), a exemplo, da disciplina de Geografia.

Uma das principais contribuições do ensino de geografia no âmbito escolar é a formação para cidadania. Nesse aspecto, busca-se desenvolver o ensino da geografia crítica, cuja apropriação das categorias básicas de análise, permitem uma leitura significativa de mundo, considerando o cotidiano do aluno e seu conhecimento prévio (CAVALCANTI, 2002), possibilitando uma formação motivada à transformação da sociedade. Contudo, a educação patrimonial ainda é pouco utilizada no ensino de geografia, no âmbito escolar, ou quando exercida, ocorre, de forma pontual e convencional, através de visitas quase desprezíveis, aos espaços patrimoniais instituídos pelo poder público.

A seguir, será relatada uma experiência pedagógica, o qual lançou mão de estratégias diferenciadas quanto ao uso e apropriação do patrimônio cultural, presente no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará, através de uma abordagem geográfica, que teve como principal fio condutor, a educação patrimonial numa perspectiva decolonial.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE USO E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NUMA PERSPECTIVA DECOLONIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM (PA)

Com o intuito de experimentar um conjunto de metodologias ativas e uma linguagem diferenciada que contribuísse para o processo de ensino-aprendizagem de geografia, de forma crítica e significativa, foi desenvolvido um projeto pedagógico no âmbito da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ruth Rosita de Nazaré Gonzales, na cidade de Belém do Pará, nos anos de 2017 e 2018.

O projeto intitulado “Do espaço real ao lugar ideal” teve como principais objetivos, mediar à produção do conhecimento geográfico, por meio da leitura crítica sobre o patrimônio cultural tombado, no Centro Histórico de Belém, assim como, fomentar estratégias pedagógicas que possibilitem um caminho diferenciado para construção da cidadania. As ações do projeto foram desenvolvidas com uma turma do 8º ano do ensino fundamental, em 2017 e avançou para o ano de 2018, com a mesma turma, já no 9º ano.

O projeto contou com algumas metodologias ativas utilizadas em sala de aula, tais como: rodas de conversa e dinâmicas de integração, para promover a interação e o debate sobre os conteúdos curriculares, temas relevantes para sociedade e trabalhos de campo, desenvolvidos a partir da participação dos alunos no projeto de extensão acadêmica, intitulado: “Roteiros Geoturísticos: percorrendo o Centro Histórico de Belém, na Amazônia”, desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo - GGOTUR, da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, desde 2011.

Esse projeto integra oficialmente onze Roteiros e propõe um percurso espacial diferenciado dos circuitos convencionais do turismo local, de forma inclusiva e participativa, oportunizando a discussão sobre conceitos e fenômenos, a partir da leitura geográfica do patrimônio (TAVARES, 2018). Desse projeto, os alunos participaram dos Roteiros Geoturísticos “Percorrendo e revelando paisagens da Belle Époque”, em 2017 e “Do complexo do Ver o Peso ao Porto”, em 2018, utilizando instrumentos de coleta de dados, como o questionário semiestruturado, com o intuito de levantar dados de campo e iniciar o aprendizado sobre técnicas de pesquisa científica.

Após a realização dos trabalhos pedagógicos, os alunos foram convidados a fazer uma intervenção artística em cinco ambientes internos da escola, tais como: dois espaços da área de convivência, duas salas de aula e a biblioteca. Os espaços foram revitalizados pelos alunos, por meio da produção de painéis temáticos, relacionados às discussões promovidas ao longo dos Roteiros. Essa iniciativa do projeto visou promover a ressignificação do patrimônio local e a valorização do espaço vivido, apontando caminhos para construção da cidadania, a partir da microescala.

A abordagem discursiva sobre o patrimônio cultural se deu da seguinte forma: no Roteiro Geoturístico “Percorrendo e revelando paisagens da Belle Époque” foram explorados vários bens culturais que caracterizam o apogeu da economia da borracha, no final do século XIX, na parte oriental da região amazônica brasileira. A participação nesse Roteiro promoveu o debate sobre temas como: o papel da Amazônia na Divisão Territorial do Trabalho - DTT, visando à compreensão do processo de produção do espaço e apropriação dos recursos naturais, nas diferentes fases do sistema capitalista, dando ênfase ao apogeu e decadência da exploração da borracha nessa região. Articulando esse tema ao patrimônio edificado, foi possível trabalhar conceitos como rugosidades espaciais, formação socioespacial, urbanização e discutir questões atuais que envolvem a segregação socioespacial, políticas de patrimonialização, direito à cidade e à cultura.

O Roteiro da Belle Époque buscou contextualizar a formação socioespacial, em que, alguns bens patrimonializados estão inseridos e representam um período importante da expansão e modernização urbana da cidade. Com vistas a atrair investimentos econômicos e atender a elite local ascendente da época, o poder público, empreendeu um ambicioso projeto urbanístico em Belém, seguindo o modelo parisiense, construindo boulevards, cafés, lojas de importados franceses, cinemas e teatros, a exemplo, do Teatro da Paz (figura 01), ícone do período áureo da economia da borracha, construído há cento e quarenta e dois anos, no bairro da Campina, para atender aos interesses culturais da elite local, além, da construção de um crematório municipal, para fins de limpeza pública, localizado em uma área periférica, não urbanizada (TAVARES, 2008).

Figura 1: Participantes do Roteiro, em frente ao Teatro da Paz



Fonte: Projeto 2017.

Ainda no Roteiro, os alunos também foram estimulados a pensar criticamente o processo histórico e atual da produção do espaço urbano de Belém, ao identificar que, o caráter segregador do projeto urbanístico, da época, perdura até hoje, já que as políticas públicas voltadas à qualidade de vida, como: o saneamento, arborização das ruas, infraestrutura urbana, ainda estão concentradas na área central mais antiga da cidade.

A mediação crítica trazida pelo Roteiro foi reforçada pela mediação pedagógica realizada em sala de aula. Os alunos foram convidados a produzir um mural jornalístico de época, para tratar do período da Belle Époque, em Belém, a partir do patrimônio cultural visto no Roteiro. Tomando como referência o Teatro da Paz, bem cultural visitado no Roteiro, localizado no bairro da Campina, inaugurado em 1878 e tombado pelo IPHAN, em 1963, e a antiga Usina de Cremação de lixo de Belém, criado em 1901, tombado pela Lei municipal nº 7.709/1994, localizada no bairro da Cremação, próxima à escola e à moradia dos alunos. Desse modo, foi possível realizar um diálogo para além do discurso oficial, sobre a história e o patrimônio da cidade, trazendo reflexões sobre questões sociais relevantes para o cotidiano desses alunos.

A localização atual desses dois bens culturais sinaliza as desigualdades espaciais produzidas historicamente pelos processos de apropriação capitalista do espaço (HARVEY, 2005). No período da Belle Époque, o centro da cidade era formado principalmente pelos bairros da Cidade Velha e Campina, onde predominava a moradia e a circulação da elite local (TRINDADE, 2018). Por outro lado, a construção da Usina de Cremação foi construída em área afastada do centro, visando à higienização urbana.

Atualmente, conforme estudos do IBGE (2017), sobre tipologias intraurbanas, o qual objetivou identificar as diferenças nas condições socioespaciais, das áreas metropolitanas do Brasil, a área onde está localizado o Teatro da Paz, no bairro da Campina, está classificada como tipo C, cujas condições de vida dos moradores são satisfatórias e o bairro não possui aglomerados subnormais (figura 02). Já a área onde está situado o antigo crematório, desativado desde 1980, no bairro da Cremação, está classificada como tipo G, indicando que prevalecem fortes oscilações, quanto à qualidade de vida dos moradores, por se localizarem entremeadas no tecido urbano, junto às áreas com uma faixa tida entre os tipos melhores e piores, além de estar no entorno de uma faixa significativa de aglomerados subnormais (figura 02).

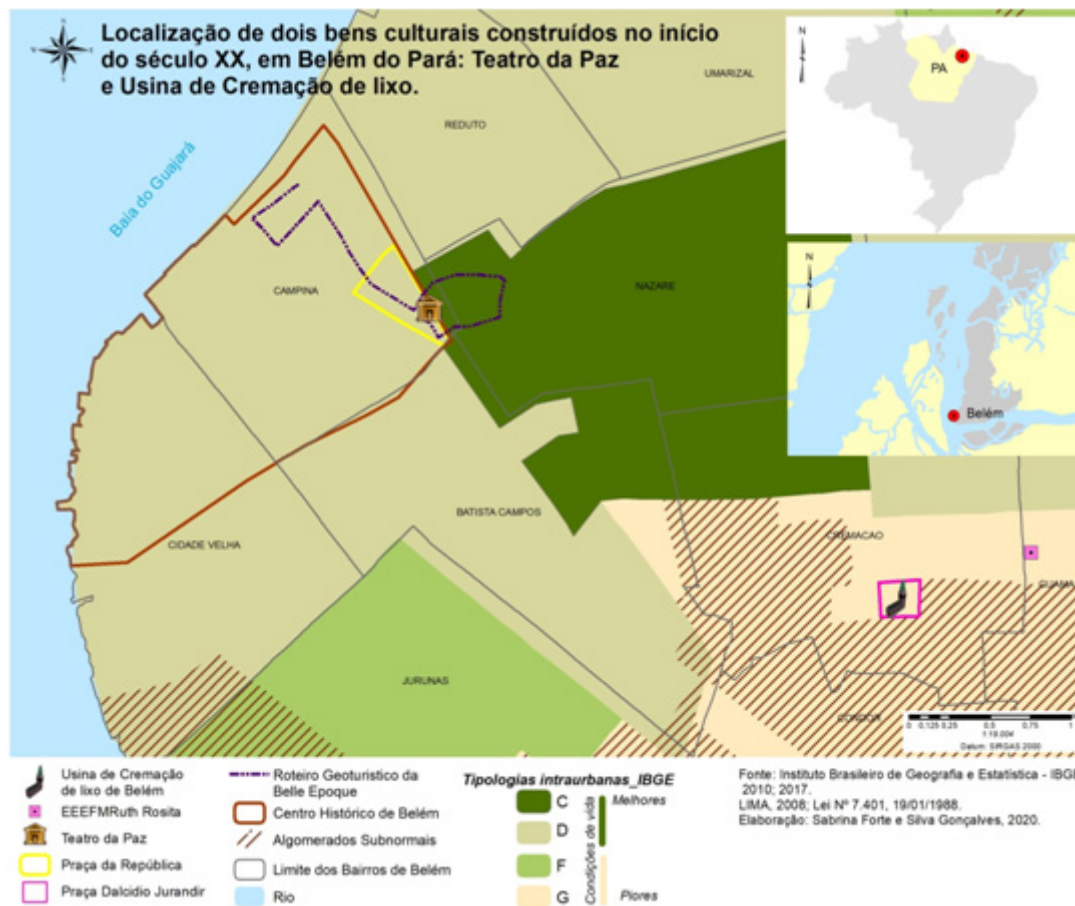
Um estudo sobre a distribuição geográfica das taxas médias de homicídios no período 2013-2015, nos bairros localizados na área continental de Belém, relacionados à pobreza e vulnerabilidade social (CORRÊA&LOBO, 2019), aponta que nos bairros centrais da cidade, onde concentra as camadas de renda mais alta e está localizado o Teatro da Paz, houve a taxa inferior de homicídios (até 25/100 mil hab.). Enquanto que o bairro da Cremação, agrupado a bairros com baixa renda, registrou a terceira taxa (mais de 50 a 75/100 mil hab.).

Os dados apresentados acima subsidiaram a discussão sobre a leitura espacial dos dois objetos patrimonializados, trazendo à tona os problemas relacionados à vulnerabilidade social e violência urbana, enfrentados pelos grupos sociais subalternizados pelo modo de produção vigente. Dessa maneira, os alunos puderam expor suas percepções sobre suas condições de vida e, ao mesmo tempo, refletir sobre o potencial de transformação da realidade que o cercam.

O Roteiro “Do complexo do Ver o Peso ao Porto” propôs um percurso pelo Complexo do Ver-o-Peso, formado por duas feiras a céu aberto, dois mercados, duas praças e uma doca de embarcações, sendo considerado o principal cartão postal da cidade (LIMA, 2008). O Roteiro partiu primeiramente da observação da paisagem, tal como, Santos (1997, p.68) define “como

um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes e pedaços de tempos históricos, representativos de diversas formas de produzir as coisas, de produzir o espaço”, direcionando o olhar para as formas que integram um importante acervo patrimonial edificado (figura 03), ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, sintetizando a conformação arquitetônica da cidade em vários estágios e estilos (TAVARES, 2018).

Figura 02: Mapa de localização do Teatro da Paz e Usina de Cremação de Lixo em Belém, Pará



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um estudo sobre a distribuição geográfica das taxas médias de homicídios no período 2013-2015, nos bairros localizados na área continental de Belém, relacionados à pobreza e vulnerabilidade social (CORRÊA&LOBO, 2019), aponta que nos bairros centrais da cidade, onde concentra as camadas de renda mais alta e está localizado o Teatro da Paz, houve a taxa inferior de homicídios (até 25/100 mil hab.). Enquanto que o bairro da Cremação, agrupado a bairros com baixa renda, registrou a terceira taxa (mais de 50 a 75/100 mil hab.).

Os dados apresentados acima subsidiaram a discussão sobre a leitura espacial dos dois objetos patrimonializados, trazendo à tona os problemas relacionados à vulnerabilidade social e violência urbana, enfrentados pelos grupos sociais subalternizados pelo modo de produção vigente. Dessa maneira, os alunos puderam expor suas percepções sobre suas condições de vida e, ao mesmo tempo, refletir sobre o potencial de transformação da realidade que o cercam.

O Roteiro “Do complexo do Ver o Peso ao Porto” propôs um percurso pelo Complexo do Ver-o-Peso, formado por duas feiras a céu aberto, dois mercados, duas praças e uma doca de embarcações, sendo considerado o principal cartão postal da cidade (LIMA, 2008). O Roteiro partiu primeiramente da observação da paisagem, tal como, Santos (1997, p.68) define “como um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes e pedaços de tempos históricos, representativos de diversas formas de produzir as coisas, de produzir o espaço”, direcionando o olhar para as formas que integram um importante acervo patrimonial edificado (figura 03), ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, sintetizando a conformação arquitetônica da cidade em vários estágios e estilos (TAVARES, 2018).

Em seguida, ainda tomando como referência a paisagem “como a dimensão da percepção do que chega aos sentidos e, dessa maneira, não ser formada só por objetos e volumes, mas também por movimentos, odores, cores, sons e etc.” (SANTOS, 1997, p.61-62), foram destacadas as peculiaridades e a diversidade da cultura imaterial que a cidade de Belém possui e o Ver-o-Peso agrega (figura 04), reportando ao público a dimensão simbólica da paisagem, presente no acervo vivo que compõe o patrimônio imaterial do complexo.

Nesse percurso, o Roteiro se desenvolveu de maneira interativa, onde foi possível dialogar com os sujeitos que há gerações, fazem e mantêm o Ver-o-Peso por mais de trezentos anos. Segundo esses sujeitos, o complexo movimenta aproximadamente cinco mil trabalhadores e trabalhadoras diariamente, dinamizando uma ampla rede de produtos tipicamente amazônicos, organizados em vinte e três setores, articulando centro e periferia, o urbano e o rural, do município de Belém e região do entorno.

Figura 3: Visão do casario tombado no complexo do Ver-o-Peso



Fonte: Projeto, 2018.

Figura 4: Barraca de produtos artesanais na feira do Ver-o-Peso



Fonte: Projeto, 2018.

Com base na leitura crítica sobre os processos de colonização e a formação territorial da cidade, os alunos puderam refletir sobre o Ver-o-Peso, a partir da categoria do lugar na totalidade do espaço, na sua relação local/global (SANTOS, 2008) e ao mesmo tempo, na perspectiva do lugar como “uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido [...] uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e a cultura civilizatória que produz a identidade homem — lugar” (CARLOS, 2007, p. 22).

A área que hoje compreende o complexo faz parte do marco de fundação da cidade de Belém, em 1616, por se localizar na confluência entre os rios Amazonas, Guamá e o Oceano Atlântico. Em 1627, foi construída uma casa denominada “Casa de Haver o Peso”, para fins de fiscalização e recolhimento de impostos de importação e exportação de mercadorias, no período colonial, sendo extinta em 1839 e demolida em 1847 (CRUZ, 1973).

No final do século XIX, período que marca o ciclo de exploração econômica da borracha e o forte processo de urbanização da cidade foram construídos os Mercados Francisco Bolonha e o Mercado de Ferro, marcando um novo contexto socioeconômico, onde, o Ver-o-Peso, se torna e se mantém até os dias atuais, como um grande entreposto comercial e ponto de convergência social e econômica, entre a cidade e regiões do entorno (BRASIL, 2005).

Esse lugar se constitui como um corredor de encontro entre a dinâmica urbana continental e a vida ribeirinha das áreas insulares de Belém, tornando-se uma centralidade capaz de articular os circuitos superior e inferior da economia (SANTOS, 1979), bem como, agrega as práticas culturais e sociais que denotam a identidade amazônica.

A abordagem geográfica sobre o patrimônio do Ver-o-Peso, permitiu o entendimento do porquê de sua localização, que memória social ele representa e qual a sua importância para cidade, no aspecto do fortalecimento do sentimento de pertencimento, valorização e preservação da identidade cultural local.

Na perspectiva da decolonização do patrimônio, a construção narrativa do Roteiro, realizada de maneira dialógica e participativa, proporcionou um olhar para além do patrimônio cultural institucionalizado, presente no Ver-o-Peso. Pois, evidenciou-o também, enquanto um *patrimônio-territorial*, entendido como um território onde resistem os bens culturais populares, saberes e fazeres ancestrais (COSTA, 2017), o qual denota a memória socioespacial dos grupos sociais latino americanos subalternizados pelo processo de colonização e da colonialidade do poder/saber (SANTOS e MENESES, 2009), a partir da ativação da voz dos sujeitos detentores dos saberes e fazeres representativos da cultura local.

Esta experiência foi revivida e retratada em sala de aula com a reprodução do Mapa do Roteiro, numa proposta de painel regionalizado de exposição fotográfica, utilizando material regional como: tecido cru, sisal e pinturas com pigmentos naturais à base d'água. O painel foi produzido coletivamente, a partir do desenho de um mapa mental das vivências obtidas no Roteiro, partindo dos objetos espaciais patrimonializados e posteriormente, a representação das percepções de campo, levantando os aspectos culturais, as questões políticas e sociais discutidas com os sujeitos protagonistas do espaço vivido.

A partir dessas reflexões, os alunos revitalizaram cinco ambientes internos da escola, atribuindo novos significados aos lugares de convivência coletiva (figuras 05, 06).

Figuras 05 e 06: Paineis de grafite produzidos pelos alunos, no ambiente interno da escola



Fonte: Projeto, 2018.



Fonte: Projeto, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto dos Roteiros Geoturísticos articulado ao projeto pedagógico, realizado no âmbito da educação básica, proporcionou o desenvolvimento de uma prática educativa crítica, capaz de contribuir como um processo de transformação da sociedade (SAVIANI, 2008). A experiência revelou que a educação patrimonial exercida numa perspectiva decolonial, ou seja, considerando que o patrimônio é produto das relações sociais contraditórias da produção do espaço, sua valoração e reconhecimento se dão a partir da construção coletiva, dialógica e crítica, pelos sujeitos invisibilizados pela política de patrimonialização (TOLENTINO, 2018), se constitui como uma potencialidade na construção da cidadania, de maneira transversal e significativa, seja no âmbito formal e não formal da educação.

Do ponto de vista do ensino de geografia, os alunos puderam apreender conceitos e fenômenos geográficos a partir de uma abordagem sobre o patrimônio, que permitiu a superação de discursos dominantes e excludentes; e, dessa maneira, uma maior aproximação desses sujeitos para com o patrimônio e sua preservação.

A abordagem crítica sobre o patrimônio cultural provocou uma leitura geográfica sobre a formação do Centro Histórico de Belém, pelo processo de colonização econômica e a “desculturização” das populações locais (SANTOS, 2014), proporcionando ao participante o encontro com a vida do lugar e com sua identidade. Tal abordagem visibilizou a memória social e cultural do patrimônio, oportunizando a percepção do que está sendo preservado oficialmente e a qual grupo social está se atribuindo representatividade, ao mesmo tempo, o reconhecimento da força e da resistência popular diante da história dos objetos patrimonializados, deslocando o sujeito para reflexão sobre suas condições de vida e seu potencial de transformação social.

Do ponto de vista metodológico, o percurso turístico alternativo e o diálogo interativo entre os participantes do Roteiro, visibilizou espaços e grupos sociais excluídos pela política de patrimonialização e urbanização da cidade de Belém, ao mesmo tempo, como aponta Paes e Sotratti (2017), democratizou o acesso ao patrimônio, frente ao processo de gentrificação do consumo dos espaços patrimonializados. Essa experiência possibilitou a sinalização de um caminho efetivo para qualificação do patrimônio, como uma prática social, que reflete as relações de poder de uma sociedade e um conjunto de elementos simbólicos, que configuram a identidade cultural do território que os contém (COSTA, 2015).

Também possibilitou caminhos para o exercício da educação patrimonial, numa perspectiva decolonial, tal como Walsh (2009, p. 16-15) aponta, como “um caminho de luta contínuo, no qual, podemos identificar, visibilizar e estimular lugares de exterioridade e construções alternativas”, revelando seu potencial instrumental e pedagógico na preservação do patrimônio, por meio de um debate sobre a valorização do lugar, o reconhecimento plural da identidade cultural que o patrimônio representa, o direito à cultura, à cidade e à construção da cidadania. FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, pp.25-33, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, Labur, Edições, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e Práticas de Ensino*. Goiânia, Ed. Alternativa, 2002.

CHOAY, François. *Alegoria do patrimônio*. 3ª. Ed. Tradução de Lucia Vieira Machado. São Paulo, Estação Liberdade, 2006. Ed. Unesp, 282 p.

CORÁ, Maria A. J. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro 48(5):1093-1112, set./out. 2014.

CORRÊA, R. S. S. & LOBO, M. A. A. (2019). Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, e20180126. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180126>.

COSTA, Everaldo Batista da. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.* [online]. 2017, vol.26, n.2, pp.53-75.

COSTA, Everaldo Batista da. Cidades da Patrimonialização Global. Simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo. São Paulo, *Humanitas*, Fapesp, 2015. 480 p.

CRUZ, Ernesto. História de Belém. 1vol. *Coleção Amazônica – Série José Veríssimo*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973. 342 p.

CRUZ, Rita. Patrimonialização do Patrimônio: Ensaio sobre a Relação Turismo, Patrimônio Cultural e Produção do Espaço. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012.

FLORÊNCIO, Sônia et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. 2 ed. *Rev. ampl.* Brasília, Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In. GRINSPUM, Denise. *Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e Escola: responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. 148f. Tese (Doutorado em Educação) FEUSP-USP, São Paulo, 2000.

HARVEY. D. *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005. 257 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília, IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IBGE. Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil / IBGE, *Coordenação de Geografia* - Rio de Janeiro, IBGE, 2017. 164p.

LIMA, Maria Dorotéia de. *Ver-o-Peso, patrimônio(s) e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA, 2008, 172p.

MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 2010.

MOTA NETO, João C. da. *Revista Educação Online* n° 14, p.25-38, ago./dez. de 2013.

NETTO, Raymundo e HOLANDA, Cristina Rodrigues de. *Curso Formação de Mediadores de Educação PARA Patrimônio* / vários autores; ilustrado por Daniel Dias - Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2020. 192 p.

PAES, Maria Tereza e SOTRATTI, Marcelo Antônio (Org.) *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. Identidades, Usos e Ideologias*. São Paulo, Anablume, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; REIS, Maurício de N. e ANDRADE, Marcilea F. F. de. *Revista Espaço Acadêmico* – n. 202 – Março/2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina; CES, 2009.

SANTOS, M. *A totalidade do diabo*. Contexto, Ed. Hucitec. São Paulo, 1977.

SANTOS, M. *O espaço dividido*. São Paulo, Francisco Alves. 1979.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 2008.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, SP, Ed. Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão* – 7. ed., 2 reimpr. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política*. Campinas – SP, Ed. Autores Associados, 2008.

SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América, *Revista Teias*, v. 18 n. 48 Jan - Mar., 2017.

SIZZO, I. A. y LÓPEZ, A. L. Turismo, patrimônio y representaciones espaciales. Tenerife, PASOS, RTPC, 2018.

SOARES, A. L. R. A educação patrimonial serve a quem? In: II Encontro Cidades Novas - A Construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Londrina-PR, 2009. Disponível em <<http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/livros/ii-cidades-novas.pdf>> Acesso em: 10/01/2018.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios, Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p. 59-83.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Turismo, patrimônio e espaço geográfico: teoria e prática de uma ação interdisciplinar. E-metropolis nº 32, ano 9, março de 2018.

TOLENTINO, Atila B. O que não é Educação Patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Atila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático de Educação Patrimonial, João Pessoa, IPHAN/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, n. 3, p. 38-48, 2016.

TOLENTINO, Atila B. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. Sillogés – v.1, n.1, jan./jul. 2018.

TORELLY, LUIZ P. P. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. Fórum Patrimônio. Ambiente construído e ambiente sustentável. Belo Horizonte, Vol. 5, n.2, jul-dez, 2012.

TRINDADE, Saint Clair. Novos Cadernos NAEA, v. 21, n. 1, p. 57-78, jan-abr, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala, 2009.